

O financiamento do desenvolvimento econômico, a distribuição de renda e a questão regional*

TÂNIA BACELAR DE ARAUJO

O Brasil construiu sua economia sobre um ambiente natural marcado por enorme diversidade. Ao longo de séculos, foi o país da pecuária, do açúcar, do café, da borracha... E esses ciclos deixaram marcas importantes nas estruturas regionais e culturais do país. Do ponto de vista étnico, o brasileiro se sente um povo miscigenado, e o é, mas o *mix* não é o mesmo no Brasil como um todo. A presença indígena, por exemplo, é maior na região Norte do país, e a dos afrodescendentes, no litoral do Nordeste e no Rio de Janeiro. O Sul é muito mais europeu, e São Paulo é a síntese de tudo isso, com gente do mundo inteiro. Todos esses fatores formaram uma herança fantástica e incomum.

O litoral do país, por exemplo, concentrou a população e a base produtiva, e, conseqüentemente, a infra-estrutura e as instituições produtoras de conhecimento (por abrigar a maioria das universidades). Começa-se, agora, a perceber um processo de interiorização, mas a escolha da região litorânea é um componente forte na herança histórica do processo de ocupação brasileiro.

Por outro lado, o Brasil é um país continental que ousou - no momento em que deu um salto para a industrialização - concentrar 80% da produção industrial, em uma única região: o Sudeste. Em 1970 lá estava quase 80% da indústria nacional. E quase 45% havia se concentrado em uma única cidade: a região metropolitana de São Paulo. Um padrão de concentração econômica desse porte dificilmente é encontrado no mundo.

Assim, a herança da desigualdade social brasileira tem uma leitura regional, com padrões de indicadores sociais diferenciados entre as diversas regiões do país. Um deles predomina de Belo Horizonte para cima, outro, de Belo Horizonte para baixo. Os indicadores do Norte, do Nordeste e do norte de Minas se diferenciam dos que medem os padrões sócio-econômicos do Centro-Oeste, do Sudeste e do Sul. Essa é uma marca importante, um desafio que continua sendo enfrentado no debate contemporâneo sobre o desenvolvimento nacional. Mas as desigualdades se reproduzem em todas as escalas, tanto que dentro das macro-regiões e até mesmo dentro de uma mesma área urbana registram-se padrões sociais distintos.

* Palestra realizada em 23 de setembro de 2010.

Herdeiro de tanta desigualdade, o Brasil fecha o século xx com grandes problemas que deságuam na queda do ritmo de crescimento de seu Produto Interno Bruto (PIB). Antes desse descenso, o país teve um dos melhores desempenhos econômicos do mundo no século xx: era a China atual. Mas os anos 1980 foram marcados pela crise da dívida externa e pelo avanço da inflação, e a década de 1990 consolidou essa trajetória, com taxas de crescimento muito modestas e declinantes. As taxas médias caíram de 10% para 7%, e em seguida para pouco mais de 2%. No início dos 80 o aumento dos juros norte-americanos ampliou a dívida externa, que se metamorfoseou em dívida interna pública, e, no fim da década de 1990, o Estado brasileiro agonizava, impactado pela crise interna e pela onda neoliberal que envolvia o mundo naquele momento. Nesse contexto, o crescimento não resolve tudo, mas é uma pré-condição importante para a construção de outras trajetórias.

No caso brasileiro, juntou-se uma crise material – que dificultava o desenvolvimento e priorizava o pagamento aos credores – ao avanço da ideologia neoliberal, que recomendava a redução do tamanho do Estado. Por pouco a Caixa Econômica Federal não foi privatizada. Nesse mesmo período, aumentou-se a já pesada carga tributária, alvo de críticas até hoje. A participação dos tributos no PIB era de 25% em 1994 e, após o Plano Real, subiu 10 pontos percentuais. Agora está um pouquinho maior, variando entre 37% e 38%, mas o pulo significativo se deu no final da década de 1990, quando o governo se viu obrigado a aumentar os impostos para gerar receita pública e ter condições de administrar a dívida pública.

Voltando um pouco no tempo, até os idos dos anos 1970, mais especificamente no período do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, na era Geisel, percebe-se um deslocamento da atividade industrial, que deixou o “miolo” paulista. No Sudeste, que concentrava 80% das atividades econômicas, a participação deste setor caiu para 62%, e, na região Sul, ela passou de 12% para 20%, enquanto no Nordeste a participação na produção industrial nacional dobrou, e no Centro-Oeste, triplicou, aumentando de 7,5% para 21%. Na agropecuária, o Nordeste merece uma reflexão especial. Apesar de ter 45% da população brasileira ocupada em atividades agrícolas, a região só consegue gerar 14% da produção agropecuária nacional. Assim, não é a toa que o primeiro endereço do mapa da pobreza rural no Brasil é o Nordeste.

Nos anos recentes, o país registrou uma nítida melhora macroeconômica. Qualquer estatística revela que o Brasil avançou do final do século passado até agora. Vários indicadores apontam essa mudança: reservas cambiais, Risco Brasil, inflação e volume de exportação, entre outros. A relação dívida/PIB, que chegou a quase 60% no início da década inicial do século XXI, caiu para 36% antes da crise 2008/2009. A relação crédito/PIB saiu do patamar de 25%, para o de 45%, cabendo destaque à participação dos bancos oficiais na construção dessa importante trajetória. Mas o século xx terminara com o ambiente macroeconômico ainda complicado, com o aumento da dívida pública, o que tornou o Brasil mais vulnerável, porque as relações de troca com o exterior pioraram, e registraram-se déficits elevados em transações correntes.

O Brasil apresentava um quadro mais difícil que o atual. No final do século passado, o país era constantemente afetado pelas crises mundiais, e conseguimos melhorar o am-

biente macroeconômico a partir de 2004, com notório crescimento do PIB. Alguns analistas mais críticos dizem que a pobreza ainda é visível, e que o Brasil continua a ter uma chaga social. Podemos até concordar com esse ponto de vista, mas uma coisa é continuar o desenvolvimento cancelando o aumento da desigualdade, outra é conseguir reverter o crescimento reduzindo as desigualdades. Há uma explicação para isso: não se teria conseguido reduzir as desigualdades sem aquilo que a sociedade brasileira aprendeu na construção social e política dos anos 1980 e 1990, período de consolidação do ambiente democrático no Brasil.

A Constituição de 1988 foi um marco importante, por criar, por exemplo, o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e definir o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC-LOAS) para idosos e deficientes, que estavam fora de qualquer sistema previdenciário. O Brasil passou a desenhar boas políticas sociais e a tratá-las como direitos, e não mais como assistencialismo. Uma coisa é receber um benefício de política social como favor, outra é receber como um direito. Fico imaginando o que se passa na cabeça das pessoas quando recebem o "Bolsa Família" com o cartãozinho da Caixa, sem precisar pedir favor a ninguém: passam aquele cartão todos os meses numa maquininha e levam seu dinheiro para casa.

Outro fator destacado foi o aumento do salário mínimo. Sou de uma geração que acompanhou a luta sindical em defesa do salário mínimo de US\$ 100. Quando se advogava esse valor, a grande imprensa estampava em manchete que a Previdência ia quebrar, que os pequenos e médios municípios do Brasil não aguentariam. O governo Lula, nos dois mandatos, acelerou esse processo iniciado no final do governo Fernando Henrique, e a Previdência não quebrou nem os pequenos e médios municípios desapareceram do mapa. Na verdade, o Brasil de hoje está melhor do que antes. Rompeu-se um mito, e o aumento do salário mínimo gerou um impacto importante sobre os outros salários – os movimentos sindicais e as centrais sindicais relatam que a alta do salário mínimo favoreceu a alta dos outros salários. Assim, do ponto de vista social e macroeconômico, os indicadores brasileiros mostram que o país melhorou, nesta década, e as mudanças foram significativas. Uma das principais é que o emprego informal continua caindo, enquanto o emprego com carteira assinada sobe.

Nos anos 1990, alguns economistas diziam que o emprego formal tinha acabado, que a tendência era prevalecer o trabalho dos autônomos. A primeira década do século XXI, no entanto, desmente também essa tese. Surgem outros indicadores importantes, como a redução da taxa de desemprego, o aumento significativo do emprego formal e a redução da pobreza extrema. Tais mudanças aconteceram sem explodir o gasto social, quebrando mais um mito. Existe certo discurso na praça de que a política social geraria novos gastos sociais em dimensão insustentável, o que não se concretizou. E o interessante é que o emprego formal cresceu mais rapidamente nas regiões mais pobres do Brasil, e isso também é uma novidade. Cabe destacar que quem comandou o crescimento do emprego não foram o Sudeste nem o Sul, mas o Nordeste e o Norte. Estas regiões também lideraram o aumento do consumo no país, como mostram os dados da Pesquisa do Comércio Varejista, do IBGE.

Um trabalho recente do Instituto de Políticas Econômica Aplicada (Ipea) mostra que o Norte e o Nordeste também lideram o crescimento do crédito, tanto de pessoa física quanto de pessoa jurídica. As taxas para essas regiões, exceto a região Norte, no caso de pessoa jurídica, são maiores que as taxas médias no Brasil. Isso é outra novidade. Antes, os depósitos das regiões mais pobres financiavam o consumo e os investimentos nas regiões mais ricas do país.

Como síntese das mudanças e das tendências, se pode apontar como principal fator, o crescimento econômico em novas bases. O Brasil tem uma tendência natural para o crescimento, e segurar tal vocação é tarefa muito difícil. Mais importante que o tamanho da taxa de crescimento é sua composição, seu padrão. Hoje, o desenvolvimento está voltado para o mercado interno de consumo de massa, e não mais para o consumo das classes média e alta, como foi no século xx. A experiência desta década é que o crescimento econômico aconteceu dirigido para o consumo insatisfeito da maioria da sociedade brasileira, da famosa classe c, que representa metade da sociedade e que, segundo a Fundação Getúlio Vargas, cresceu 26%, entre 2003 e 2009, tirando muita gente das classes e e d.

O caminho para isso foi combinar, com sabedoria, políticas sociais e econômicas. E se começou pelas políticas sociais. Em vez de considerar primeiro o lado da oferta, como em geral recomendam os economistas, iniciou-se a atuar mais fortemente pelo lado da demanda: elevou-se o nível de renda das famílias da base pirâmide social. Essa foi uma mudança importante, que propiciou estímulo aos setores produtores de bens duráveis e num segundo momento, o investimento. O ex-presidente Lula sempre dava como exemplo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que recebia R\$ 2 bilhões, e passou a receber R\$ 15 bilhões, no seu governo. Lula dizia que essa verba não dinamizou somente a agricultura familiar, mas estimulou a venda de pequenos tratores, equipamentos e insumos, movendo segmentos importantes da indústria nacional.

O contexto previsto para o futuro é muito importante, pois se vive uma conjuntura de crise mundial que eclode na esfera financeira, robustecida a partir da crise do petróleo (que gerou os petrodólares nos anos 70 do século passado). Os petrodólares contribuíram para a financeirização da riqueza, tendência que só fez se firmar no ambiente mundial nas últimas décadas. Antes da crise de 2008/09, os ativos financeiros mundiais estavam na casa dos US\$ 900 trilhões para um PIB mundial de US\$ 60 trilhões. É notório que os agentes econômicos ganham muito mais e produzem muito melhor fora da esfera produtiva. O Brasil vem se saindo razoavelmente bem da crise, e o impacto foi sentido apenas em 2009. No ano seguinte, o país retomou o processo de crescimento, o que é outra novidade. O país faz parte de um conjunto de nações que estão se saindo razoavelmente melhor e até tiram algum proveito da crise para pensar seu futuro. O impacto maior vem sendo sentido pelos países ditos mais avançados.

No contexto atual, não há só uma crise, mas crises e mudanças estruturais muito importantes. A mais destacada é de um conceito que foi hegemônico no século xx. Celso Furtado sempre disse que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento, e que a trajetória de alguns países foi típica de desenvolvimento, enquanto a de outros foi de subdesenvolvimento. Afirmava também que não é tarefa fácil mudar de posição, como

alguns pregavam, pois isso exigia transformações estruturais muito profundas na sociedade. A aceleração da taxa de crescimento por si só não resolvia o problema, e é um equívoco dizer que o país que cresce muito e se industrializa é desenvolvido. A concepção dominante de que desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico perde força, e duas outras variáveis ajudam nessa revisão: a dimensão social e a ecológica. Hoje, o mundo vem debatendo outro conceito de desenvolvimento, e sem dúvida o que se irá chamar de "país desenvolvido", no século XXI, será aquele que conseguirá estruturar uma economia consistente com uma boa distribuição social dos efeitos de sua operação, e respeitando as leis da natureza.

Outra mudança profunda é a dos paradigmas técnicos. O mundo do fordismo era eletromecânico, enquanto o novo paradigma é o eletrônico: revolucionário, dado que embute a flexibilidade. Os produtos que ilustram as duas fases são a máquina de escrever e o computador. Antigamente, o perfeccionista, quando errava alguma coisa, arrancava a página e começava tudo de novo. Agora, na era eletrônica, o computador aponta o erro, ele pode ser corrigido e o que acontece? Se continua a produzir o texto. Por isso, o que era eletromecânico está se tornando eletrônico.

Na agricultura acontece também uma revolução. No século XX, vigorava a era da química, dos fertilizantes e inseticidas. No século XXI, há duas outras trajetórias em curso: a transgenia, filha da genética, e a orgânica, filha da biologia. São duas matrizes científicas distintas, e a química perde espaço na disputa.

O padrão de consumo também passa por uma mudança lenta e dolorosa, mas inevitável, porque o *american way of life*, marca do século XX, é inviável. Se o mundo não suportou o padrão de consumo e desperdício dos Estados Unidos, que tem 300 milhões de habitantes, como aguentará a China, povoada por 1,3 bilhão de pessoas? Imagine se os chineses reproduzirem o padrão de consumo americano... Seria insustentável. Por isso, teremos de aprender a ser felizes com outro padrão de consumo, pois o aquecimento global é o recado que a natureza nos manda como alerta para mudarmos.

A geografia política mundial também está mudando: hoje ela parece mais multipolar. Depois da Segunda Guerra Mundial, a Alemanha e o Japão, mesmo sendo o segundo e terceiro países economicamente mais importantes do planeta, não ocuparam o papel de liderança, pois não eram potências militares (eram impedidos de se armar por serem perdedores da Segunda Guerra). A função de líder coube aos Estados Unidos, que acumulavam os dois títulos (potência econômica e militar), e isso não foi positivo. Agora a hegemonia americana é questionada, embora os Estados Unidos ainda tenham um peso muito significativo no século XXI. Mas a China já é uma potência emergente, com um grande cacife. Sua economia é a segunda do mundo, ultrapassando a do Japão em termos de PIB. A tendência é que o Brasil, que faz parte do bloco dos emergentes, ganhe também importância no cenário mundial.

A quebra da onda liberal é outra tendência relevante. Não é o fim do liberalismo, mas ele está sendo questionado. Embora a crise recente tenha batido pesado nos liberais, que fazem a apologia do mercado, ainda se deve esperar os resultados do debate sobre a função do Estado, que será o item importante da agenda do século XXI. Qual será o novo

papel do Estado na vida social? Terá maior presença na economia? Se tiver, qual será sua missão, ele atenderá a quem? A agenda contemporânea passa muito mais pelo aspecto do “tira ou não tira” do que pelo questionamento e a troca de um modelo por outro.

Mas a mudança fundamental é que se caminha para a sociedade do conhecimento, que marcará o século XXI. Nela, o papel da educação e da capacidade de inovar ganhará dimensão maior.

O Brasil, nesse mundo impregnado de mudanças profundas, além de imerso em crise financeira grave, pode olhar para o futuro a partir de algumas janelas das oportunidades. Em primeiro lugar, deve-se ter consciência de que o país está num novo patamar: o Brasil é um país com mercado interno amplo e integrado, possui uma base industrial grande, moderna e diversificada, tem uma excelente base agroindustrial, um terciário moderno bem estruturado... No século XX, a sociedade brasileira gastou sua energia para construir essa base industrial importante além de uma base importante de produção de commodities, que conta com grandes empresas integradas, competitivas, muitas delas já se internacionalizando. Há uma indústria de bens de consumo de massa bastante interessante, acionada recentemente, e que já demonstrou capacidade para acompanhar os desafios. Nesse segmento, as pequenas e médias empresas são geradoras de empregos.

Outro segmento é formado pelas indústrias de alto conteúdo tecnológico, agentes importantes da inovação. O Brasil não está desprovido desse último segmento, mas encontra-se ameaçado, por demandar grandes investimentos, especialmente em inovação. A própria taxa de câmbio atua contra o setor, porque somos importadores desse tipo de produtos, o que exige um olhar mais aguçado sobre essa situação.

O país dispõe de um sistema financeiro amplo, bem-estruturado, moderno, sólido – e isso ficou claro na crise recente. Tem igualmente uma boa base prestadora de serviços especializados, e uma estrutura de marketing bastante competente.

Diante dessas constatações, pode-se dizer que o país tem tudo para ser uma potência importante do ponto de vista urbano e industrial, consolidando a estratégia traçada no século passado. Mas existem outras janelas de oportunidades.

A matriz energética brasileira é bastante diversificada e bem superior à média mundial. O Brasil, contudo, em função da descoberta das reservas do Pré-Sal, terá que enfrentar grandes desafios nas próximas duas décadas. Ser protagonista no setor petróleo e gás, em pleno fim da era do petróleo, não é tarefa fácil. O país será também um ator relevante no novo paradigma energético, ancorado na geração de energia limpa e renovável, como a biomassa, a energia eólica e a solar.

Além disso, o Brasil demonstra outro potencial, acionado pela crescente demanda por alimentos no mundo. Estudos da FAO e do BIRD indicam forte crescimento da demanda mundial por alimentos e os estudos prospectivos apontam o potencial brasileiro para atender tal demanda.

Diante dessas duas janelas de oportunidades, alimentos e energia, o país está muito bem. Por ter disponibilidade de água e terra boa, pode ajudar a ampliar a oferta mundial de alimentos em 40%, sem produzir um grão sequer na Amazônia. O Brasil já é competitivo na produção de grãos, carne, açúcar, café e frutas. Pesquisas muito interessantes elaboradas pela

Food and Agriculture Organization (FAO) mostram que proteínas e frutas são os produtos mais procurados pela população quando a renda cresce. O tipo de proteína varia de acordo com a cultura, assim como o tipo de fruta, mas o Brasil, que já é competitivo em ambos, podendo crescer ainda mais. Não é à toa que o “miolo” do país, a região Centro-Oeste, está sendo ocupada. A produção de energia por biomassa e a produção de alimentos vão reduzir a preferência pelo litoral, e o interior do país tende a ser crescentemente ocupado.

O Brasil do século xx ficou refém da escolha única: a de ser uma grande potência industrial. E o fez a qualquer custo (social e ambiental).

A agenda mundial está sinalizando para que se pense em dois aspectos: o país pode continuar a ser um país industrial de destaque, mas tem tudo para ser produtor relevante da nova matriz energética e de alimentos. Portanto, o desenvolvimento rural está na agenda nacional.

E uma novidade boa, neste contexto: o país está aprendendo a combinar melhor a agricultura patronal com a agricultura familiar – e isso não é uma tarefa fácil, já que parte da sociedade brasileira, pertencente à elite empresarial, à elite acadêmica, aos meios políticos, ainda sonha com a hegemonia do agronegócio, e ponto final. Sou de uma geração de economistas que, quando defendia a agricultura familiar, ouvia: “Esqueça, isso é coisa de pobre, isso não tem viabilidade econômica.” Hoje há um novo olhar para este tema e crédito esse novo olhar aos movimentos sociais rurais do país.

O Censo Agrícola mais recente comprova que a agricultura familiar é responsável por cerca de metade da produção de alimentos da maioria dos brasileiros. Como dizer que isso não tem consistência econômica? Antes não havia dados, ficava-se apenas no discurso ideológico equivocado e preconceituoso.

O lema dos movimentos sociais é muito interessante, e devíamos pensar nele: “Queremos um Brasil rural com gente”. Isso porque a agricultura familiar é empregadora, e a agricultura patronal, embora eficiente, gera poucos empregos, pelo grau de mecanização. Outro fator importante é que esses movimentos resistem à agricultura dos transgênicos, dando preferência ao cultivo biológico, valorizado, inclusive no mercado externo.

Um desafio que acompanha isso – e que é grande para a Caixa Econômica Federal – é o aumento do número de cidades médias no interior do país. Será preciso viabilizar o desenvolvimento urbano desses novos municípios dinâmicos, sem repetir a trágica experiência da urbanização brasileira do século xx. Estudiosos do mundo inteiro ressaltam ter tido o Brasil um dos desenvolvimentos urbanos mais desumanos do mundo.

Essas janelas de oportunidades estão diante do Brasil. E o planejamento urbano deve ser a bússola, pois um conjunto de cidades médias e dinâmicas cresce, exigindo acompanhamento de estudos para ocupação organizada do território. Trata-se de uma ação de planejamento e de regulação e controle, que não custa muito dinheiro. Exige competência técnica e decisão política firme.

A Caixa Econômica, nesse contexto, tem diante de si um desafio importante: o de construir dois milhões de residências nos próximos anos. Mas onde elas serão situadas, no tecido urbano de cada cidade? Como as prefeituras estão lidando com essa nova realidade? Quem são os agentes da ocupação do solo urbano? Quem está organizando o espaço ur-

bano em torno das novas unidades e como o está fazendo? Estas são decisões que o país deve tomar agora.

Depois de um estudo do qual participei, realizado sob encomenda do Ministério do Planejamento (MPOG), foi proposto ao Governo Federal trabalhar com a ideia de um Brasil mais policêntrico, escolhendo algumas cidades importantes e tratando-as com maior prioridade. Ora, o país está implementando ousado programa de construção de novas moradias, interiorizando as universidades e escolas de ensino médio e profissional, criando Unidades de Pronto Atendimento (Upas) e reformulando o sistema de saúde em várias regiões, etc. Assim, várias políticas setoriais estão sendo realizadas já levando em conta mudanças importantes que vêm ocorrendo na dinâmica regional do país. Um desafio especial é o de ler o mapa das cidades e optar pela melhoria do padrão de serviços e pelas condições de habitação nelas.

Para não dizer que só falei de flores, resalto que o Brasil deve resolver problemas estruturais sérios, herdados do processo de desenvolvimento que construiu. O mais relevante é o da baixa escolaridade da maioria de sua população. Num mundo que entra na era do conhecimento, parece evidente que é preciso investir pesadamente em educação no Brasil. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) brasileiro é 4.2, mas o Ministro da Educação, muito lúcido, sempre diz que o problema não é a média, pois toda média é enganosa em nosso país. O problema é que há uma parcela da sociedade brasileira acima dos 4.2, enquanto a grande maioria está abaixo ou bem abaixo desse índice. A situação é vergonhosa, portanto. E há discrepâncias no quadro educacional das várias regiões, e tais distorções devem ser resolvidas e equacionadas.

Outros grandes problemas precisam ser equacionados e dentre eles se destacam: a carência de infra-estrutura – não é à toa que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem esse foco –, e a concentração de terras, especialmente em algumas regiões do país. O sistema tributário também continua a ser um dos nossos desafios, por penalizar a produção e atuar como elemento de concentração da renda. Ele gera desigualdades, por cobrar mais de quem ganha menos e menos de quem ganha mais. Está centrado nos impostos indiretos e não incide verdadeiramente de forma progressiva sobre a renda. O patrimônio e a transmissão de bens também recebem baixa carga fiscal. No Brasil, por sua vez, financia-se mais com a renúncia fiscal. Como se vê, há muito a mudar.

O Sistema de Ciência e Tecnologia é outro grande desafio. Houve melhorias, o país avançou no reconhecimento de sua importância, investiu-se mais, mas os números brasileiros nessa área não são estimulantes. A Índia e a China se esforçam muito mais que o Brasil. E o Brasil precisa ter uma estrutura industrial produtora de bens de alta tecnologia.

Um último desafio não menos importante: ele está ligado à questão do meio ambiente. Há uma boa legislação a respeito, mas falta consciência ambiental aos brasileiros. O país tem de aproveitar seus recursos naturais sem depredar. Tem a chance de ainda possuir um imenso patrimônio ambiental e não pode deixar de explorá-lo em novas bases.

Portanto, o Brasil está diante de escolhas ainda importantes. Diante disso, concluo com duas citações: uma de Celso Furtado, mais pessimista, e outra do ex-presidente Lula, mais desafiadora.

As palavras de Celso Furtado, das quais gosto muito, estão no livro *Construção interrompida*:

"Em meio milênio de história, partindo de uma constelação de feitorias, de populações indígenas desgarradas, de escravos transplantados de outro continente, de aventureiros europeus e asiáticos em busca de um destino melhor, chegamos a um povo de extraordinária polivalência cultural, a um país sem paralelo pela vastidão territorial e homogeneidade linguística e religiosa. Mas nos falta a experiência de provas cruciais como as que conheceram outros povos, cuja sobrevivência chegou a ser ameaçada. E nos falta, também, um verdadeiro conhecimento de nossas possibilidades e, principalmente, de nossas debilidades. Mas não ignoramos que o tempo histórico se acelera, e que a contagem desse tempo se faz contra nós".

A citação do ex-presidente Lula foi retirada de um discurso que ele faria, quando o elegeram "estadista global", no Fórum Econômico Mundial de Davos, em janeiro de 2010. Quem leu o pronunciamento foi o ex-ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, posto que o Presidente não conseguiu viajar. Ele disse:

"Tenho visto em várias publicações internacionais que o Brasil está na moda. Permitam-me dizer que se trata de um termo simpático, porém inapropriado. O modismo é coisa fugaz, passageira. E o Brasil quer ser e será ator permanente no cenário do novo mundo. O Brasil, porém, não quer ser um destaque novo em um mundo velho. A voz brasileira quer proclamar, em alto e bom som, que é possível construir um mundo novo. O Brasil quer ajudar a construir esse novo mundo, que, todos nós sabemos, não apenas é possível, mas dramaticamente necessário, como ficou claro na recente crise financeira internacional, mesmo para os que não gostam de mudanças".

Deixo estas duas citações para reflexão. Obrigada.